



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO**  
Secretaria de Logística e Patrimônio

**PROCESSO Nº. 08038.004031/2018-51**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 096/2018, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO NA DPU/SÃO LUIS/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E A EMPRESA IGM2 METROLOGIA E MANUTENÇÃO EIRELI, VISANDO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E AS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.**

A **UNIÃO**, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU**, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.375.114/0001-16, localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco H, Lote 14, Brasília/DF, CEP 70070-120, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretária-Geral Executiva (SGE) da Defensoria Pública da União, **PALOMA NASCIMENTO COTRIM LEIVA**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº. 009.689.465-26, e no RG sob o nº. 08.422.453-32 SSP/BA, residente e domiciliada em Brasília/DF, nomeada pela Portaria nº. 629, de 27 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº. 147, de 01 de agosto de 2018, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 88, de 14 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº. 34, de 18 de fevereiro de 2014, e do outro lado a empresa **IGM2 METROLOGIA E MANUTENÇÃO EIRELI**, na pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 24.982.785/0001-03, com sede na Rua Bogotá, 676, Lote 26, Bairro Jardim Novo Mundo, Goiânia/GO, CEP 74710-250, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo senhor **THEILLOR EDUARDO FRANÇA BARRETO**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 036.693.321-38, e CNH sob o nº. 06419611807 Detran/GO, tendo em vista o que consta do Processo nº. **08038.004031/2018-51**, as partes celebram o presente Contrato, em decorrência do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº. **67/2018**, que se regerá pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, à Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as alterações constantes na Lei Complementar nº. 147, de 14 de agosto de 2014, ao Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, ao Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, ao Decreto nº. 9.507/2018, à IN/MPOG nº. 05, de 25 de maio de 2017, vigente e demais legislações correlatas, bem como às cláusulas e condições a seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Parágrafo Único** - O presente Termo Aditivo tem por objeto:

- 1- Prorrogar o Prazo da Vigência do Contrato nº. **096/2018**, que atende a Defensoria Pública da União de **São Luís/MA**, por mais 12 (doze) meses, a contar de **01/10/2019 a 30/09/2020**.
- 2- Alterar o sócio da empresa, **retirando o Sr. CRISTIANO DE VASCONCELOS FILHO e nomeando o Sr. THEILLOR EDUARDO FRANÇA BARRETO**.
- 3- A empresa gira sob o nome empresarial de **IGM2 METROLOGIA E MANUTENÇÃO EIRELI**, **retirando-se IGM2 METROLOGIA E MANUTENÇÃO EIRELI-ME**.



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO**  
Secretaria de Logística e Patrimônio

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

**Parágrafo Primeiro** - Pelos serviços executados a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de **R\$ 8.958,33 (oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos)**, somados ao valor estimado de **R\$ 107.499,96 (cento e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços, parte integrante deste instrumento;

**Parágrafo Segundo** - As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de **2019**, referente ao programa de trabalho e natureza da despesa a serem informados posteriormente pela Coordenação de Secretaria de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF);

**Parágrafo Terceiro** - Tendo em vista a entrada em vigor do Novo Regime Fiscal, aprovado pela **Emenda Constitucional nº. 95, de 15 de dezembro de 2016**, a metodologia a ser seguida, dos Contratos continuados, na DPU, será a execução do Contrato no exercício financeiro imediatamente anterior ao do pedido do recurso acrescido da inflação.;

**Parágrafo Quarto** – A estimativa de custo será feita com base na pesquisa de mercado que foi realizada pela **Coordenação de Serviços Gerais da DPGU**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Parágrafo Primeiro** - No presente exercício, as despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta do orçamento específico da Defensoria Pública da União, na classificação referente à Ação: 03.422.2129.2725.0001, Natureza da Despesa: 33.90.39, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº. 2019NE800795, datada de 17 de janeiro de 2019, no valor de **R\$ 262.440,00 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais)**, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de **2019**;

**Parágrafo Segundo** - As despesas para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à **Defensoria Pública da União**, pela Lei Orçamentária Anual.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA**

**Parágrafo Primeiro** - Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a empresa **CONTRATADA** prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva no Contrato;

**Parágrafo Segundo** - A garantia terá validade durante a vigência contratual (totalizando 12 meses), devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada do Contrato, de acordo com a IN/MPOG nº. 05, de 25 de maio de 2017;

**Parágrafo Terceiro** – A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda a execução do Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

**Parágrafo Único** - Os valores dos serviços pactuados neste Termo Aditivo somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, conforme o disposto no Art. 28 da Lei nº. 9.069, de 09 de junho de 1995, e a Cláusula Nona do Instrumento Contratual.

